



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO II - Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão XX/2019 (Procedimento Administrativo SEI n.º 0008885-56.2019.6.12.8000), que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

*Pelo presente instrumento, a UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, Órgão Gerenciador de Registro de Preços, situado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ nº 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, com fundamento na Lei 10.520/02, pelos Decretos 10.024/2019, 5.450/05, 8.538/2015, 7.892/2013 e suas alterações posteriores, pela Lei Complementar 123/06, alterada pela LC 147/2014, pela Resolução TRE/MS nº 665/2019 e subsidiariamente, pela Lei 8.666/93, resolve celebrar a presente Ata de Registro de Preços com o objetivo de registrar os preços para aquisição de **materiais de consumo (carimbo de madeira e autoentintado, refil de carimbos, tinta, controle remoto, etc.) e contratação para prestação de serviços de chaveiro (confecção de cópias de chaves, abertura, troca de segredos e conserto de fechaduras etc) e de codificação de controle remoto para portão eletrônico (alteração de senha)**, pelo TRE/MS, órgão gerenciador, em decorrência das propostas apresentadas no Pregão n. xx/2019.*

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto registrar o preço unitário de: **(será preenchida com o item (ns) que a empresa sagrar-se vencedora)**

a) materiais de consumo (carimbos de madeira e autoentintado, refil de carimbos, tinta, controle remoto, etc.);

b) prestação de serviços de chaveiro (confecção de cópias de chaves, abertura, troca de segredos e conserto de fechaduras, etc.);

c) serviços de codificação de controle remoto para portão eletrônico (alteração de senha).

2. A existência de preço registrado não obriga o Tribunal a requisitar o fornecimento que dele poderá advir, descabendo à empresa fornecedora direito de indenização de qualquer espécie, em caso de não aquisição de peças.

3. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Edital do Pregão de Registro de Preços XX/2019 do Termo de Referência e da proposta da contratada, prevalecendo sobre esta os primeiros.

CLÁUSULA II – DOS FORNECEDORES, DO DESCONTO E DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

1. O fornecedor é o que segue, na ordem de classificação:

1ª Classificada	
<i>Razão Social:</i>	
<i>CNPJ:</i>	<i>Optante pelo Simples (Sim/Não):</i>
<i>Endereço:</i>	
<i>Bairro:</i>	<i>Cidade:</i>
<i>C.E.P.:</i>	<i>E-mail:</i>
<i>Telefone:</i>	<i>FAX:</i>
Dados do representante da empresa	
<i>Nome:</i>	
<i>Cargo:</i>	
<i>Fone:</i>	<i>Fax:</i>
<i>E-mail:</i>	<i>CPF</i>
<i>Carteira de Identidade:</i>	<i>Órgão Expedidor:</i>

2. Na existência de fornecedores que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do vencedor, na sequência da classificação do certame, estes serão indicados, em termo anexo a esta Ata de Registro de Preços, para fins de formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto n. 7.892/2013.

3. Os produtos a serem fornecidos, sua descrição, as suas quantidades, bem como, o preço unitário a ser praticado, são os seguintes: **(será preenchida com o item (ns) que a empresa sagrar-se vencedora)**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
01	Carimbo pequeno, base em madeira envernizada, cabo em plástico ou madeira com indicador de posição para o polegar e superfície de impressão em resina fotopolimérica, medindo até 25x60mm, com texto de até 3 linhas.	Unidade	250		
02	Carimbo médio, base em madeira envernizada, cabo em plástico ou madeira com indicador de posição para o polegar e superfície de impressão em resina fotopolimérica, medindo de 26x60mm até 40x85mm, com texto contendo de 4 a 6 linhas.	Unidade	120		
03	Carimbo grande, base em madeira envernizada, cabo em plástico ou madeira com indicador de posição para o polegar e superfície de impressão em resina fotopolimérica, medindo de 41x85mm até 50x100mm, com texto contendo de 7 a 10 linhas.	Unidade	40		
04	Carimbo extra-grande, base em madeira envernizada, cabo em plástico ou madeira com indicador de posição para o polegar e superfície de impressão em resina fotopolimérica, medindo acima de 50x100mm, com mais de 11 linhas de texto.	Unidade	20		
05	Carimbo plástico autoentintado, automático, almofada integrada substituível, janela para visualizar texto, para placa de texto 38x14mm, com texto.	Unidade	30		
06	Carimbo plástico autoentintado, automático, almofada integrada substituível, janela para visualizar texto, para placa de texto 47x18mm, com texto.	Unidade	15		
07	Carimbo plástico autoentintado, automático, almofada integrada substituível, janela para visualizar texto, para placa de texto 75x38mm, com texto.	Unidade	5		
08	Carimbo plástico autoentintado, automático, almofada integrada substituível, janela para visualizar texto, para placa de texto 30x30mm, com texto.	Unidade	30		
09	Almofada integrada (refil) para carimbo automático autoentintado, para placa de texto medindo 38x14mm, compatível com o item 5.	Unidade	15		
10	Almofada integrada (refil) para carimbo automático autoentintado, para placa de	Unidade	5		

10	texto medindo 47x18mm, compatível com o item 6.	Unidade	3		
11	Almofada integrada (refil) para carimbo automático autoentintado, para placa de texto medindo 75x38mm, compatível com o item 7.	Unidade	3		
12	Almofada integrada (refil) para carimbo automático autoentintado, para placa de texto medindo 30x30mm, compatível com o item 8.	Unidade	20		
13	Tinta à base de água para carimbo em embalagem de, no mínimo, 28 ml.; cor preta, azul ou vermelha.	Unidade	10		
14	Confecção de cópias de chaves de portas (inclusive portas de divisórias).	Unidade	150		
15	Confecção de cópias de chaves de gavetas, armários, arquivos, quadro de avisos e/ou cadeados.	Unidade	60		
16	Confecção de cópias de chaves tetra	Unidade	20		
17	Confecção de cópia de chaves sem modelo	Unidade	60		
18	Confecção de cópias de chaves de automóveis (comum)	Unidade	5		
19	Confecção de cópias de chaves codificadas de automóveis.	Unidade	5		
20	Abertura de fechaduras de portas (inclusive portas de divisórias).	Serviço	30		
21	Abertura de fechaduras de gavetas, armários, quadro de avisos e arquivos.	Serviço	30		
22	Abertura de cadeados.	Serviço	2		
23	Abertura de automóveis.	Serviço	2		
24	Fornecimento e troca de tambor de fechaduras de portas (inclusive portas de divisórias), com fornecimento de 2 (duas) cópias de chaves.	Serviço	20		
25	Fornecimento e troca de tambor de fechaduras de gavetas, armários, quadro de avisos e arquivos, com fornecimento de 2 (duas) cópias de chaves.	Serviço	20		
26	Troca de segredo de fechaduras de portas (inclusive portas de divisórias), com fornecimento de 2 (duas) cópias de chaves.	Serviço	20		
27	Troca de segredo de fechaduras de gavetas, armários e arquivos, com fornecimento de 2 (duas) cópias de chaves.	Serviço	20		
28	Conserto de fechaduras de portas (inclusive portas de divisórias).	Serviço	10		
29	Conserto de fechaduras de gavetas, armários, quadro de avisos e arquivos.	Serviço	10		
30	Fornecimento de controle remoto para portão eletrônico, compatível com motor PPA (NÃO compreende a programação/ codificação do controle para funcionamento com portão existente).	Unidade	30		
31	Programação/ codificação / alteração de	Serviço	20		

31	senha de controle remoto.	SERVIÇO	30		
VALOR TOTAL ESTIMADO					

CLÁUSULA III. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá vigência de 12 (doze) meses, de **1º de janeiro/2020 a 31 de dezembro/2020**.

1.1 Caso a ata de registro de preços venha a ser assinada em data posterior a 1º/janeiro/2020, a vigência do Registro de Preços será da data última assinatura eletrônica da ata até 31/dezembro/2019.

2. A **Ata de Registro de Preços** será **extinta**:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II- pela aquisição da quantidade total registrada na Ata pelo órgão gerenciador, zerando o quantitativo registrado, considerando-se exaurido o objeto, ainda que a ata de registro de preços esteja vigente.

CLÁUSULA IV - DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

1. A contratada poderá solicitar a alteração do preço registrado, nos termos da legislação pertinente, especialmente o Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013.

2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos materiais ou bens registrados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

2.1. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

2.2. É de responsabilidade da contratada a apresentação, ao TRE/MS, da documentação necessária à comprovação da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da contratação e, portanto, da necessidade de alteração do preço registrado.

2.3. O TRE/MS analisará a documentação probatória apresentada pela contratada, de modo a verificar o cabimento da alteração pretendida.

3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o fornecedor será convocado para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.1 Caso o fornecedor não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o

fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5. Não havendo êxito nas negociações, o TRE/MS procederá à revogação da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO E DA EXTINÇÃO DO REGISTRO

1. A contratada terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar diminuir seu preço registrado, na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes ou decorrentes de disposição legal e de comprovada repercussão;
- d) Sofrer suspensão do direito de licitar por este Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8666/93.
- e) Sofrer sanção prevista no inciso IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002
- f) Estiverem presentes razões de interesse público.

2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

3. A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA VI - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será feito pela por servidor(es) do TRE/MS, especialmente designado(s) para esta atividade, que fiscalizará o fornecimento, das peças, conferência dos valores das peças e aplicação do desconto percentual registrado, bem como a execução desta ata, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93) e comunicará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a fornecedora será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantidas a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados nesta Ata, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

a) falhas durante a execução, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;

b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa nesta Ata.

3. Será aplicada **MULTA**:

a) de 1% (um por cento) sobre o valor total empenhado, por dia de atraso no fornecimento de material/prestação do serviço e limitada ao montante de 20% (vinte por cento) correspondente a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia de aplicação de multa, a Administração poderá motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total desta Ata, passível de rescisão;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total empenhado, caso não queira assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;

c) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total empenhado, caso a entrega do material/prestação do serviço esteja em desacordo com o contratado, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;

d) de 30% (trinta por cento) do valor total empenhado, se a contratada recusar-se a efetuar o fornecimento sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições estabelecidas, levar o Tribunal ao cancelamento desta ARP.

3.1. Na aplicação das multas acima serão consideradas a natureza e gravidade da infração cometida, além dos danos que provierem para o serviço público, podendo a Administração motivadamente, com vistas a atender os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, agravar ou atenuar as multas em 2/3, ½ ou 1/3.

3.2. As multas porventura aplicadas poderão ser descontadas dos

pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ao contrato, quando houver, ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

3.3. Haverá retenção cautelar dos valores, no caso de ocorrência de descumprimento das condições da contratação, até a finalização procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, sendo restituído à contratada o correspondente o valor caso não subsistam razões para a aplicação de multa.

3.4. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação;

3.5. Caso não haja recolhimento, o valor da multa poderá ser glosado dos valores devidos à CONTRATADA.

3.6. Se o crédito não for suficiente para cobrir o valor total da multa, o valor será descontado da garantia contratual, se houver.

3.7. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

3.8. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UNIÃO**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa, se a Contratada:

- a) for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto
- d) não mantiver a proposta
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato
- f) comportar-se de modo inidôneo ou
- g) cometer fraude fiscal.

5. Da aplicação das sanções de multa e impedimento de contratar com a União, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

6. As sanções descritas nesta Cláusula também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

7. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA VIII – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

1. NÃO SERÁ PERMITIDA aos órgãos e/ou entidades não participantes A UTILIZAÇÃO desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA IX - DAS DEMAIS CONDIÇÕES

1. As normas relativas a condições da execução do serviço e entrega do material, emissão de nota fiscal/fatura, pagamento, direitos e deveres das partes, bem como, outras pertinentes à contratação constam do Edital do Pregão nº xx/2019, e do seu Termo de Referência – Anexo I.

2. **Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação**

3. **Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de email válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o email, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.**

CLÁUSULA X - DO FORO

1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente contratação, é competente, na forma da Lei, o foro da Justiça Federal de Campo Grande - MS, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Campo Grande, xx de xxxx de 2019.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

xx
Representante Legal da empresa
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 05/12/2019, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0762619** e o código CRC **B15F20D7**.